

E quando se tem o sabor do dever cumprido a alma se engrandece, o futuro se torna promissor e o passado se consolida.

ATA DE POSSE NA PRESIDÊNCIA

Às quinze horas, com a presença dos Exmos, Srs. Ministros Afrânio Antônio da Costa, Sampaio Costa, Cunha Vasconcellos, Henrique d'Ávila, Djalma da Cunha Mello, **Artur Marinho**, Caetano Estellita e dos Juizes convocados, Elmano Cruz, Aguiar Dias e Raymundo Macêdo e J. F. Mourão Russell que não obstante não se encontrar em exercício compareceu e na ausência, por motivo justificado do Exmo. Sr. Ministro Macêdo Ludolf e do Juiz Dr. João José de Queiroz, foi aberta a sessão solene estando ainda presentes altas autoridades judiciárias, destacando-se dentre elas o Exmo. Sr. Ministro Rocha Lagôa, Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, Desembargadores Romão Cortes de Lacerda e Eurico Rodolfo Paixão, Presidentes, respectivamente, do Tribunal de Justiça e Tribunal Regional Eleitoral, Dr. José Vieira Coelho, representando o Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Dr. Ismael Cavalcante, representando o Exmo. Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Bernardo de Berredo Carneiro, representando o Exmo. Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, Exmos. Srs. Ministros Alfredo Bernardes e Abner de Vasconcellos, Dr. Alceu Barbêdo, Subprocurador-Geral da República, Desembargadores Homero Pinho, Omar Dutra, Faustino Nascimento, Mário Pinheiro, José Duarte, Orlando Carlos da Silva, este, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Estácio de Sá e Benevides, Corregedor da Justiça local, Cândido de Oliveira Neto, Procurador-Geral do Distrito. Dr. Temistocles Cavalcante Nery Kurts e Eduardo Bahouth, Procuradores da República, Nehemias Gueiros, Presidente da Ordem dos Advogados, Oswaldo Murgel de Rezende, Presidente do Instituto dos Advogados, além de inúmeros membros da Magistratura e do Ministério Público e Advogados.

O EXMO. SR. MINISTRO CÂNDIDO LOBO (PRESIDENTE): A sessão de hoje foi especialmente convocada, na forma regimental, para dar posse aos Ministros **Artur de Souza Marinho** e Caetano Estellita, eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, para o corrente ano de 1958.

Durante o ano forense de 10 meses, pois que 2 meses são de férias, o Tribunal Federal de Recursos, sob a minha Presidência, julgou 6.001 processos, publicou 5.204 acórdãos e distribuiu 6.144 feitos aos respectivos relatores.

Houve, portanto, um excesso sobre o ano passado de cerca de 1.700 julgamentos e de 585 publicações de acórdãos. Tudo isso serve para demonstrar, inequivocamente, que os nossos trabalhos são exaustivos, demandando de cada um de nós imensos esforços e constantes vigílias, eis que somente com esses meritórios predicados poderia o egrégio Tribunal Federal de Recursos, julgar, como julgou, em 10 meses, 6.000 processos, ou sejam 600 mensalmente, tocando a cada um dos 8 julgadores 75 por mês.

A publicação dos acórdãos estava deveras atrasada, porém, graças ao esforço extraordinário e exemplar posto em prática pelas taquígrafas, o que agradeço de público, consegui equilibrar a situação, eis que foram publicados 5.204 acórdãos.

As distribuições cresceram sensivelmente acusando um total de 6.144 e, sendo feita uma comparação entre os processos distribuídos e os julgados, 6.144 e 6.001, respectivamente, conclui-se que apenas 143 feitos passaram para o corrente ano sem que obtivessem julgamento, porque distribuídos recentemente.

Eis aí, meus senhores, o quadro detalhado da estatística do Tribunal Federal de Recursos aos 31 de dezembro de 1.957 e por ele seja-me permitido dizer que ao meu ilustre sucessor, Ministro **Artur de Souza Marinho**, entrego os serviços da Secretaria absoluta e totalmente normalizados, pois que estão como nunca estiveram, exatamente em dia, sem um despacho sequer a ser proferido, uma dúvida qualquer a ser resolvida.

É esse o panorama, em conjunto, da situação em que deixo o Tribunal Federal de Recursos, que, por certo, nas mãos experientes do meu ilustre sucessor, cujo nome é verdadeira garantia moral e profissional para todos os que trabalham nesta Casa, funcionários e advogados, terá, no corrente ano de 1.958, uma presidência ainda mais eficiente.

Volto à minha Segunda Turma, certo de que cumpri o meu dever com exata noção dos altos encargos a mim confiados pela generosa deliberação dos meus Pares, elegendo-me Presidente durante os 6 meses do ano de 1.957.

E quando se tem o sabor do dever cumprido, a alma se engrandece, o futuro se torna promissor e o passado se consolida.

Repito com São Paulo Apóstolo, em face das imensas e profundas lutas que travei e venci no início da minha tão trabalhosa presidência:

Bonum certamen certavi. cursum consumavi, fidem servavi.

E que Deus me preserve para conservar a fé na Justiça do Brasil, porque, senhores, só e só com a Justiça respeitada o Brasil poderá ser feliz, queiram ou não queiram os incrédulos.

A seguir S. Exa. designou os Exmos. Srs. Ministros Afrânio Antônio da Costa e Sampaio Costa para introduzirem na Sessão o Sr. Ministro **Artur Marinho** a fim de que S. Exa. assinasse o termo de posse. O que foi feito sob aplausos dos presentes assumindo então a Presidência que lhe era passada pelo Sr. Ministro Cândido Lobo.

A seguir, o novo Presidente designou os Srs. Ministros Henrique d'Ávila e Djalma da Cunha Mello para conduzirem ao recinto da Sessão o Sr. Ministro Caetano Estellita, a fim de que S. Exa. assinasse igualmente o termo de posse na qualidade de Vice-Presidente, formalidade essa que se efetuou sob uma salva de palmas.